



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Direcção-Geral do Tesouro

PLANO DE ACTIVIDADES

2006

DGT

SUMÁRIO

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	2
1.1.	Metodologia de elaboração do plano	2
1.2.	Ambiente externo	3
1.3.	Ambiente interno	5
1.4.	Principais clientes	6
1.5.	Serviços fornecidos	7
2.	OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS	8
2.1.	Objectivos estratégicos	8
2.2.	Medidas estratégicas	8
3.	PROGRAMAS, PROJECTOS E ACTIVIDADES PREVISTAS	10
3.1.	Tesouraria Central do Estado	10
3.2.	Intervenção Financeira do Estado	17
3.3.	Regularizações e Recuperações	22
3.4.	Sistemas de Informação e Administração	26
3.5.	Auditoria Interna	32
3.6.	Prospectiva e Coordenação	34
3.7.	Apoio Jurídico	36
4.	RECURSOS ENVOLVIDOS	37
4.1.	Recursos humanos, materiais e financeiros	37
4.1.1.	Recursos humanos	37
4.1.2.	Recursos materiais e financeiros	39
4.2.	Formação profissional	40
5.	MEDIDAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO, QUALIDADE E INOVAÇÃO	42
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. Metodologia de elaboração do plano

O Plano de Actividades da Direcção-Geral do Tesouro para o ano de 2006, que ora se apresenta, foi elaborado de acordo com o esquema tipo e demais termos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, tendo presente as orientações estratégicas para a sua área de intervenção e as funções definidas na Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 186/98, de 7 de Julho.

Este documento resulta da definição e aprovação, numa primeira fase, dos objectivos estratégicos, em sede de Conselho Coordenador do Tesouro, e, numa fase posterior, da consolidação dos objectivos fixados por cada uma das áreas operativas e de apoio, discutidos em reuniões participadas por todas as chefias.

Em termos metodológicos, optou-se por uma apresentação do Plano através de quadros, com a convicção de que esta contribui para uma melhor compreensão e um melhor controlo de execução do mesmo.

Desta metodologia deverá resultar uma maior apropriação e um maior comprometimento, envolvendo todos os níveis hierárquicos num modelo de gestão por objectivos, conforme o determinado pela Reforma da Administração Pública em curso.

1.2. Ambiente externo

Sendo a Direcção-Geral do Tesouro (DGT) a maior instituição financeira da Administração Central do Estado, ao estabelecer os seus objectivos estratégicos para 2006 não pode deixar de ter em conta a actual conjuntura político-económica nacional e internacional. Não pode deixar, ainda, de ter em conta os compromissos assumidos no âmbito da consolidação das Finanças Públicas, a qualidade e exigência da prestação dos serviços públicos e a promoção da economia de gastos e ganhos de eficiência, pela simplificação, racionalização e modernização de procedimentos.

Dada a especificidade das suas competências, a actividade da DGT está fortemente dependente das decisões do Governo e da interconexão com diferentes entidades, públicas e privadas.

A multiplicidade e variedade de entidades e situações que interagem com a DGT tem, porém, repercussões no desenvolvimento das respectivas actividades, resultantes de:

- Diversidade de infra-estruturas informáticas, obrigando, nomeadamente, à normalização de procedimentos e à sincronização de interfaces
- Dependência do Instituto de Informática enquanto entidade responsável pelo processamento da maioria dos sistemas informáticos do Tesouro
- Dificuldade, devida a constrangimentos orçamentais, na implementação de sistemas/procedimentos que acelerem a melhoria contínua da qualidade dos serviços bancários prestados
- Necessidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico permanente dos sistemas de informação
- Necessidade constante de articulação entre o quadro legal nacional e o comunitário
- Dispersão e frequente mutação de legislação em diferentes sectores da actividade nacional

- Obtenção, tardia ou deficiente, de informação relevante sobre processos de intervenção com implicações financeiras
- Necessidade de uma articulação mais regular entre a tutela sectorial e a tutela financeira, no âmbito do Sector Empresarial do Estado
- Recepção de grandes e desorganizados acervos documentais, provenientes de entidades extintas
- Participação no Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGIIRE), esperando-se que tal venha a contribuir para uma maior articulação e coordenação entre os diversos credores públicos envolvidos em processos de regularização de dívidas ao Estado e à Segurança Social
- Arrastamento dos processos de liquidação por parte dos administradores e comissões liquidatárias, bem como dos processos judiciais para recuperação coerciva dos créditos
- Restrições crescentes, de diversa ordem, que cada vez mais impendem sobre os serviços da Administração Pública

1.3. Ambiente interno

Conforme já foi referido, a especificidade de funções e a natureza variada dos clientes da DGT exigem uma adequada qualificação do seu pessoal e o incremento de infra-estruturas técnicas de apoio, tendo em vista uma efectiva satisfação desses clientes.

Não obstante o desenvolvimento comprovado em diversas áreas, nomeadamente no que se refere ao aumento da utilização de novas tecnologias e o esforço de modernização de procedimentos e circuitos, verificam-se, contudo, os seguintes constrangimentos internos:

- Desajustamento quantitativo do pessoal face ao volume, diversidade, especialização e complexidade das tarefas que constituem a sua missão, designadamente no que se refere a pessoal especialista de informática, implicando o recurso a horas extraordinárias e a trabalho em dias de descanso semanal
- Grande dependência do exterior a nível informático e diminuto quadro de pessoal especialista nesta área
- Dispersão geográfica, qualidade ergonómica deficiente e espaço das instalações insuficiente, pouco propícios à criação de espírito de corpo, ao diálogo inter-departamental e à rentabilização de sinergias
- Estatuto remuneratório inadequado à especificidade das funções devido às distorções salariais existentes face ao exterior, nomeadamente, face a outros organismos do Ministério das Finanças

1.4. Principais clientes

Dada a multiplicidade das suas funções, a DGT presta serviços, designadamente, às seguintes entidades:

- Assembleia da República
- Governo, particularmente à equipa do Ministério das Finanças
- Ministério Público e Magistrados Judiciais
- Tribunal de Contas
- Provedor de Justiça
- Banco de Portugal
- Entidades administradoras de receitas
- Entidades e empresas tuteladas/controladas/participadas pelo Estado
- Empresas privadas beneficiárias de apoios públicos
- Serviços e fundos autónomos
- Serviços integrados
- Conselho de Garantias Financeiras
- Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGIIRE)
- Instituições de crédito nacionais e internacionais
- Associações profissionais
- FMI
- OCDE
- Comissão Europeia
- Público em geral, em especial os beneficiários do crédito à habitação

1.5. Serviços fornecidos

Como já foi referido, a missão da DGT desenvolve-se em várias áreas, abrangendo a sua actuação facetas de natureza diversa, das quais resultam os principais serviços que a seguir se enumeram:

- Prestação de serviços bancários na qualidade de Banco do Estado
- Disponibilização de produtos financeiros aos clientes do Tesouro, para rentabilização dos seus excedentes de tesouraria
- Gestão e controlo da rede de cobranças do Estado
- Gestão e rentabilização de fundos públicos
- Disponibilização do sistema Homebanking a todos os serviços do Sector Público
- Elaboração de informação relativa a fundos movimentados na Tesouraria do Estado e respectiva divulgação às entidades competentes
- Prestação de apoio ao exercício da função accionista do Estado e ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial
- Concessão de apoios financeiros e administração dos respectivos processos
- Regularização de responsabilidades financeiras e administração dos respectivos processos
- Recuperação de créditos do Estado
- Acompanhamento de processos de liquidação e de extinção de organismos públicos e empresas públicas
- Coordenação e controlo da execução de despesas excepcionais (Capítulo 60º/ Divisão 01), no montante de 1 738,4 milhões de euros, de recursos próprios comunitários (Capítulo 70º), no montante de 1 488 milhões de euros, e de receitas administradas pela DGT, no montante de 1 824 milhões de euros, conforme previsto no OE/2006
- Elaboração de estudos e pareceres e participação na actividade legislativa
- Elaboração de estatísticas e respectiva divulgação pública.

2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

2.1. Objectivos estratégicos

Os objectivos estratégicos que a seguir se elencam foram definidos e aprovados pelo Conselho Coordenador do Tesouro, tendo em conta os objectivos definidos para o Ministério das Finanças e da Administração Pública e demais Unidades Orgânicas na sua dependência e a missão da DGT, definida na sua Lei Orgânica:

	Descrição
1	Potenciar o processo de cobrança de receitas, de recuperação de créditos e de controlo da execução das despesas a cargo da DGT, de forma a contribuir para a consolidação orçamental
2	Optimizar a afectação dos recursos financeiros públicos, minimizando os custos suportados pelo Estado
3	Contribuir para a definição de uma estratégia global para o Sector Empresarial do Estado e assegurar uma gestão eficiente dos apoios e dos activos financeiros do Estado
4	Promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação e racionalizar a gestão dos recursos, contribuindo para a modernização e a qualidade na Administração Pública

2.2. Medidas estratégicas

Para a consecução dos referidos objectivos mencionados foram formuladas as seguintes medidas estratégicas:

- Racionalização dos recursos humanos *versus* melhoria da eficiência, eficácia e economia da resposta às solicitações internas e externas

- Reconhecimento da necessidade de formação profissional como instrumento indispensável a um melhor desempenho organizacional, enquanto pressuposto do aumento da capacidade técnica e do domínio do conhecimento profissional
- Desenvolvimento dos meios informáticos, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados
- Compatibilização da funcionalidade e da adequação racional das instalações com a melhoria das condições de trabalho
- Melhoria do diálogo com os clientes da DGT e maior exigência na troca de informação
- Reforço da articulação entre os serviços da DGT, visando a obtenção de melhores resultados na qualidade das respostas aos diversos tipos de intervenções.

3. PROGRAMAS, PROJECTOS E ACTIVIDADES PREVISTOS

Na sequência dos objectivos e medidas estratégicas elencados, enunciam-se agora os programas, projectos e actividades previstas para as áreas operativas e de apoio da DGT.

3.1. TESOURARIA CENTRAL DO ESTADO

Programas	Objectivos
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	1, 2 e 4
Prestação de serviços bancários	1, 2 e 4
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	1, 2 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	Gestão de disponibilidades	GGT
	Minimização da dispersão de fundos	GGT
	Disponibilização de novos produtos financeiros a clientes	GGT
Prestação de serviços bancários	Entrada em produção do novo Sistema de Compensação Bancária do Tesouro – SCT (transferências, electrónicas interbancárias, multibanco, débitos directos e cheques)	GGT
	Alargamento e aprofundamento da participação da DGT nos sistemas de compensação internacionais	GGT
	Aperfeiçoamento do serviço de pagamentos na ordem externa	GGT
	Alargamento do serviço de compensação de cheques	DCT/GGT
	Gestão de contas dos serviços públicos	DCT
	Gestão da rede de cobranças do Estado	DCT

	Gestão dos fluxos financeiros com a UE	DCT
	Aperfeiçoamento do serviço de emissão de certidões de descontos	DCT
	Gestão dos processos de cheques sem provisão em que o Estado é lesado	DCT
	Controlo da emissão e da circulação da moeda metálica	DCT
	Alteração do circuito de Depósitos Obrigatórios	DCT
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	Contabilização da movimentação de fundos	DCC
	Controlo da movimentação de fundos	DCC

Programa “Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos”

- Gestão de disponibilidades

Actividades	Resultado previsto para 2006
Efectuar uma gestão previsional de tesouraria	Optimização da gestão da liquidez
Realizar estudos sobre os fluxos financeiros de Tesouraria	Identificação de desvios mais significativos, tendo em vista a melhoria da gestão previsional de Tesouraria
Rentabilizar os excedentes de tesouraria	Maximização da rentabilidade das disponibilidades financeiras, assegurando sempre os níveis de liquidez mínimos Obtenção de receita na ordem de 8,2 milhões
Aplicar as disponibilidades financeiras	Aprofundamento do modelo de aplicações financeiras da DGT

- Minimização da dispersão de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Centralizar a totalidade das disponibilidades financeiras do Estado	Maximização do prazo médio dos fundos de terceiros no Tesouro

- Disponibilização de novos produtos financeiros a clientes

Actividades	Resultado previsto para 2006
Criar novos produtos financeiros para os clientes do Tesouro	Captação e fidelização dos fundos de terceiros no Tesouro

Programa “Prestação de serviços bancários”

- Entrada em produção do novo Sistema de Compensação Bancária do Tesouro – SCT (transferências, electrónicas interbancárias, multibanco, débitos directos e cheques)

Actividades	Resultado previsto para 2006
Colaborar no desenvolvimento do novo Sistema de Compensação do Tesouro (SCT)	Entrada em produção até Junho

- Alargamento e aprofundamento da participação da DGT nos sistemas de compensação internacionais

Actividades	Resultado previsto para 2006
Desenvolver aplicações informáticas, com vista à participação do Tesouro nos Sistemas TARGET 2 e PE-ACH/EBA – STEP 2	Participação no PE-ACH/EBA – STEP 2. Início do desenvolvimento que permita a participação no TARGET 2
Alargar a utilização do Sistema CITIDIRECT, de forma a aceitar operações dos clientes HB através de ficheiro	Utilização do CITIDIRECT pelos clientes HB

- Aperfeiçoamento do serviço de pagamentos na ordem externa

Actividades	Resultado previsto para 2006
Efectuar acções de sensibilização, junto dos clientes, no domínio do conteúdo dos pedidos de pagamento na ordem externa	Redução da percentagem de pagamentos devolvidos e do prazo de execução dos mesmos

- Alargamento do serviço de compensação de cheques

Actividades	Resultado previsto para 2006
Efectuar a compensação, através da DGT, dos cheques entregues nas tesourarias das Finanças	Obtenção de um ganho de cerca de 2 dias úteis na disponibilização do valor dos cheques recebidos em 15 secções de tesouraria dos Serviços Locais de Finanças

- Gestão de contas dos serviços públicos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Melhorar a qualidade da prestação de serviços bancários aos clientes do Tesouro	Utilização do Tesouro enquanto Banco do Estado Aplicação no Tesouro das disponibilidades de tesouraria dos seus clientes
Acompanhar a implementação do Sistema de Cobranças por Débito em Conta, a efectuar com várias entidades prestadoras de serviços	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes, através da emissão de cartões de crédito do Tesouro
Colaborar na implementação e divulgação do pagamento de custas judiciais pelo "Homebanking" do Tesouro	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes, reduzindo, ao indispensável, o recurso dos serviços públicos à banca comercial
Dinamizar a utilização do pagamento de dívidas tituladas por documentos únicos (DUC), no "Homebanking" do Tesouro	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes Maior celeridade e eficiência na captação de fundos para a Tesouraria do Estado
Dinamizar a utilização da funcionalidade de depósitos externos (em numerário e cheques), como forma de apoio à cobrança das receitas dos serviços públicos	Centralização no Tesouro da arrecadação de receitas dos serviços públicos
Dinamizar a utilização do "Homebanking" junto dos serviços integrados, como forma de interligar as aplicações informáticas de suporte à gestão orçamental e de tesouraria	Maior rapidez na arrecadação dos fundos na Tesouraria do Estado Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial Maior eficiência na execução dos orçamentos de receita dos serviços integrados
Dinamizar a utilização do "Homebanking" junto das Entidades Públicas Empresariais (EPE)	Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial, com a abertura de contas para cerca de 30 novos organismos
Colaborar na implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do "Homebanking"	Extensão e manutenção dos certificados digitais, com vista à melhoria da segurança do sistema
Aperfeiçoar os circuitos de informação entre as várias entidades envolvidas no âmbito dos fundos comunitários	Maior interligação de informação e das aplicações informáticas Utilização do Banco Tesouro pelos gestores de fundos comunitários

- Gestão da rede de cobranças do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Alargar a rede de cobranças do Estado a serviços públicos que detenham grandes volumes de documentos à cobrança	Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial
Divulgar a utilização do documento único de cobrança enquanto documento desmaterializado	Melhoria da qualidade da informação de cobrança disponibilizada às entidades intervenientes
Maximizar a utilização do novo Sistema de Cobranças do Estado (SCE)	<p>Automatização de procedimentos de controlo ao nível dos documentos cobrados, depósitos e fundos entrados na Tesouraria do Estado, para cerca de 420 entidades cobradoras</p> <p>Controlo automático dos termos dos contratos celebrados com as entidades colaboradoras, nomeadamente no que respeita às cobranças e transferências enviadas fora do prazo estabelecido</p> <p>Melhoria da qualidade da informação de cobrança disponibilizada às entidades intervenientes</p>
Melhorar a interligação entre os sistemas de cobrança das tesourarias de Finanças e das Alfândegas com o SCE	<p>Maior rapidez no acesso e disponibilização da informação de cobrança</p> <p>Automatização de procedimentos de controlo ao nível dos documentos cobrados e respectivos depósitos para as cerca de 400 caixas do Tesouro</p>
Alargar a rede de cobranças do Estado	Pagamento de DUC através do "Homebanking"
Colaborar na implementação do Sistema de Débitos Directos, para cobrança de Impostos	<p>Redução dos encargos com a rede de cobranças do Estado, podendo oscilar entre os 2 milhões de euros e os 600 mil euros</p> <p>Antecipação, de pelo menos 2 dias, da entrada de fundos na Tesouraria do Estado, o que poderá produzir um ganho anual cerca de 800 mil euros</p>
Implementar a ligação do SCE ao Sistema de Contas do Tesouro (SGT)	Automatização da contabilização dos valores das cobranças e respectivos depósitos, afectos a cerca de 400 caixas do Tesouro, ocorridos no âmbito da rede de cobranças do Estado
Melhorar a execução do pagamento de serviços às entidades colaboradoras da Rede de Cobranças do Estado	Pagamento de cerca de 7,4 milhões de euros aos CTT, SIBS e bancos com os quais a DGT estabeleceu contratos de cobrança de DUC

- Gestão dos fluxos financeiros com a UE

Actividades	Resultado previsto para 2006
Centralizar o envelope financeiro a atribuir anualmente a Portugal e justificar a sua despesa perante o Secretariado-Geral do Conselho da UE	Cumprimento eficaz da decisão comunitária, através da entrega dos cerca de 2 milhões de euros que compõem o envelope financeiro
Afectar essas verbas aos orçamentos dos serviços ou a receita do Estado, consoante a decisão a tomar pelas entidades competentes	Maior segregação e controlo das despesas de viagens, a efectuar por parte dos organismos
Aperfeiçoar a gestão dos fluxos financeiros entre Portugal e a UE	Pagamento da contribuição financeira de Portugal, cujo valor anual ascenderá a cerca de 1,5 mil milhões de euros e recebimento das participações da UE estimadas em cerca de 5 mil milhões de euros

- Aperfeiçoamento do serviço de emissão de certidões de descontos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Melhorar o procedimento relativo à emissão das certidões de descontos	Emissão automática de certidões através do Homebanking e Sistema de Contas Correntes (SGT)

- Gestão dos processos de cheques sem provisão em que o Estado é lesado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Dinamizar a utilização da aplicação informática de controlo dos processos de desistência de queixas, por emissão de cheques sem provisão, em que Estado é lesado	Celeridade no tratamento dos processos de cheques sem provisão e conhecimento diário do estado de cada processo

- Controlo da emissão e da circulação da moeda metálica

Actividades	Resultado previsto para 2006
Melhorar a atempada execução do pagamento dos custos de amoedação	Pagamento de cerca de 7,6 milhões de euros à INCM pela cunhagem de moeda corrente a emitir pelo BP
Dar cumprimento à recomendação da Comissão Europeia sobre a autenticação das moedas em Euros	Colaborar com a INCM e BP na definição do circuito que permitirá a detecção das moedas impróprias para circulação

- Alteração do circuito de Depósitos Obrigatórios

Actividades	Resultado previsto para 2006
Definir o novo circuito que substituirá as contas de Depósitos Obrigatórios abertas à ordem do Tesouro, na CGD	Centralização no Tesouro dos fluxos financeiros dos Tribunais

Programa “Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado”

- Contabilização da movimentação de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Proceder ao alargamento da contabilização automática	Automatização dos registos das cerca 400 Caixas e de outras operações internas, com início a 2 de Janeiro
Emitir mensalmente balancetes das contas de OET	Emissão até ao 15º dia do mês seguinte ao da respectiva cobrança
Automatizar os registos efectuados no SGR	Preparação do projecto de automatização dos registos efectuados no SGR
Proceder à conciliação de valores orçamentais	Confirmação mensal dos valores da receita (Não DUC), reembolsos e despesa com as entidades intervenientes (DGCI e DGO).

- Controlo da movimentação de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Melhorar o controlo das Caixas do Tesouro	Confirmação trimestral dos valores depositados e respectiva certificação
Aumentar o controlo da movimentação de fundos das contas de OET	Efectivação trimestral de acções de controlo
Melhorar o controlo das contas bancárias afectas às caixas	Automatização da conciliação bancária via SCE
Assegurar a eficiência da administração do Sistema de Informação Contabilística	Cumprimentos dos prazos legais estabelecidos pela DGO

3.2. INTERVENÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Programas	Objectivos
Concessão de apoios financeiros do Estado	1, 2, 3 e 4
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Concessão de apoios financeiros do Estado	Garantias do Estado	DAF
	Empréstimos do Estado	DAF
	Bonificações de juros	DAF
	Subsídios e indemnizações compensatórias	DAF e GAF
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado	GAF
	Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado	GAF
	Contratos de concessão de bens e/ou serviços públicos	GAF
	Gestão da carteira de títulos do Estado/DGT	GAF

Programa “Concessão de apoios financeiros do Estado”

- Garantias do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar e instruir processos para a concessão de garantias pessoais do Estado	Concessão de garantias pessoais para operações de financiamento de cerca de 6 empresas, maioritariamente públicas, cujo montante poderá ascender a 2 000 milhões de euros, bem como operações de crédito de ajuda até 250 milhões de euros

Gerir processos de garantias concedidas pela DGT, pela COSEC e pelo BEI, em nome do Estado	<p>Na administração de processos de garantias concedidas pela DGT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cobrança de comissões de garantia, com 288 vencimentos, na ordem dos 7,523 milhões de euros; - propostas de medidas que minimizem a despesa por execução de garantias e assegurem a recuperação de eventuais créditos; - realização, eventual, de despesa relativa a 6 execuções, no valor de 76,35 milhões de euros <p>Na gestão de garantias concedidas por terceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - realização de despesa relativa a processos de execuções de seguros COSEC, no montante previsto de 4,7 milhões de euros e arrecadação de receita de prémios no montante previsto de 3,8 milhões de euros; - realização de despesa relativa a 20 processos de execuções de garantia relativamente aos ACP, no âmbito das Convenções de Lomé, no montante previsto de 0,12 milhões de euros
Preparar e participar nas reuniões do Conselho de Garantias Financeiras	Apreciação dos documentos a discutir em cerca de 32 reuniões do CGF, que poderão envolver a assunção de responsabilidades de 610 milhões de euros
Administrar processos de garantia de risco de câmbio e de subsidiação de taxa de juro	Pagamentos de cerca de 0,8 milhões de euros e cobrança de receitas até 0,03 milhões de euros
Elaborar e divulgar informação estatística, incluindo a destinada ao SDDS e Template do Fundo Monetário Internacional	Relatórios trimestrais
Rever o actual quadro legislativo das garantias do Estado	Apresentação de uma proposta legislativa até ao final do ano

- Empréstimos do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar e instruir processos para efeitos de concessão de empréstimos	<p>Possibilidade de constituição de activos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curto prazo, até 125 milhões de euros - Médio e longo prazo, até 35,85 milhões de euros
Administrar directamente empréstimos e acompanhar a gestão cometida ao IFADAP e ao Banco Venezuelano	<p>Cobrança de serviço da dívida de cerca de 2,4 milhões de euros, não incluindo a HCB</p> <p>Acompanhamento do processo negocial de recuperação dos créditos da HCB</p>

- Bonificações de juros

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar pedidos de pagamento de bonificações e processar a respectiva despesa	Despesa até 322 milhões de euros, envolvendo cerca de 40 linhas de crédito
Prestar esclarecimentos a beneficiários de apoios do Estado e a instituições de crédito	Resposta a cerca de 80 pedidos de informação semanal, efectuadas por escrito ou por via telefónica
Analisar processos de devolução de bonificações resultantes de alienação de imóveis	Dependente do n.º de situações colocadas à DGT
Acompanhar e colaborar nos procedimentos de operacionalização da base de dados relativa ao crédito bonificado à habitação (SCH)	Em colaboração com o GPC

- Subsídios e indemnizações compensatórias

Actividades	Resultado previsto para 2006
Calcular as indemnizações / subsídios e elaboração da proposta de atribuição	Afectação de apoios a 22 sociedades
Analisar os pedidos de concessão de subsídios e de indemnizações compensatórias	Elaboração de cerca de 30 informações
Conceder e processar indemnizações compensatórias	Pagamento de cerca de 521,2 milhões de euros a 22 empresas
Conceder e processar subsídios ao sector da Construção Naval e ao INGA	Pagamento de cerca de 128,9 milhões de euros
Analisar os pedidos de compensação de juros no âmbito de processos relacionados com as nacionalizações e expropriações	Despesa de cerca de 1,7 milhões de euros
Processar subsídios no âmbito do IAJ	Despesa de cerca de 64,5 milhões de euros
Preparar processos relativos ao SIII para encerramento ou transferência para o DRRF	Conclusão de cerca de 100 processos

Programa “Exercício da função accionista tutelar e concedente do Estado”

- Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Emitir pareceres relativos à situação económico-financeira e jurídico-institucional das empresas participadas pelo Estado, quer em termos horizontais quer casuísticos	Universo de cerca de 156 sociedades
Acompanhar, analisar e controlar os Hospitais, EPE	Universo das 31 sociedades hospitalares
Acompanhar, analisar e preparar a decisão sobre a reprogramação das intervenções nas sociedades Polis	Universo de cerca de 22 sociedades
Preparar Assembleias Gerais de empresas acompanhadas pela DGT	Cerca de 150 assembleias
Representar o Estado nas Assembleias Gerais de empresas participadas	Universo de cerca de 100 empresas
Analisar operações de financiamento	n.d.
Analisar operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de participações sociais	n.d.
Concluir o relatório “O Sector Empresarial do Estado – 2004”	Envio ao Ministro de Estado e das Finanças
Elaborar o relatório “O Sector Empresarial do Estado -2005”	Divulgação pública
Elaborar informação estatística sobre o SEE	Disponibilização de informação ao FMI e à OCDE
Participar no grupo de trabalho da OCDE “ As privatizações e o Governo das Empresas Públicas “	Realização de reuniões periódicas
Manter actualizado o Sistema de Informação Financeira de Empresas Participadas pelo Estado (SIFEP)	Melhoria na flexibilização da informação do SIFEP

- Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar e emitir pareceres sobre o esforço financeiro do Estado no SEE	n.d.
Preparar despachos ou deliberações unânimes por escrito	n.d.

- Contratos de concessão de bens e/ou serviços públicos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Emitir pareceres sobre contratos de concessão	n.d.

- Gestão da carteira de títulos do Estado / DGT

Actividades	Resultado previsto para 2006
Controlar e processar as operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de títulos da carteira	n.d.
Controlar e processar a receita de alienações de parte sociais, de dividendos e de participações nos lucros	n.d.
Processamento de dotações de capital	Até ao valor máximo de 513, 3 milhões de euros

3.3. REGULARIZAÇÕES E RECUPERAÇÕES FINANCEIRAS

Programas	Objectivos
Regularização de responsabilidades	1, 3 e 4
Recuperação de créditos	1,3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Regularização de responsabilidades	Acompanhamento de processos de liquidação e extinção de entidades	DRR
	Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades	DRR
	Assunção de passivos e aquisição de créditos	DRR
Recuperação de créditos	Gestão de créditos	DRC
	Cobrança coerciva de créditos	DRC
	Controlo da informação de recuperação de créditos	DRC
	Promoção da utilização de Tecnologias de Informação	DRC
	Participação no Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGIIRE)	DRC

Programa “Regularização de responsabilidades”

- Acompanhamento de processos de liquidação e extinção de entidades

Actividades	Resultado previsto para 2006
Apoiar e acompanhar as liquidações em curso	Universo de 19 empresas em liquidação envolvendo despesa orçamental de cerca de 165 mil euros
Emitir pareceres sobre as contas das empresas em liquidação	
Preparar Assembleias Gerais de empresas em liquidação	
Preparar autos de entrega e recepcionar o património residual de empresas extintas	n. d. (consoante o encerramento das liquidações em curso)
Acompanhar acções judiciais pendentes relativas a empresas extintas	16 processos
Acompanhar os processos pendentes transmitidos para a DGT em resultado da extinção de entidades públicas	Universo de 27 entidades públicas extintas
Controlar os saldos de liquidação	Controlo e gestão dos saldos de liquidação no montante global de 31,8 milhões de euros

- Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades

Actividades	Resultado previsto para 2006
Regularizar responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da descolonização e de outras situações e programas do passado estabelecidos na Lei Orçamental	16 processos envolvendo despesa de cerca de 1,4 mil milhões de euros
Regularizar obrigações assumidas por organismos e empresas públicas extintas e cujos patrimónios foram transferidos para o Estado, total ou parcialmente, através da Direcção-Geral do Tesouro	8 processos envolvendo despesa de cerca de 16,62 milhões de euros
Acompanhar processos judiciais de expropriações litigiosas, pagar as indemnizações em substituição da entidade expropriante e efectuar o direito de regresso do Estado	30 processos envolvendo despesa de 7 milhões de euros

- Assunção de passivos e aquisição de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar processos de assunção de passivos e de aquisição de créditos de entidades públicas	2 processos envolvendo despesa de 148 milhões de euros

Programa “Recuperação de créditos”

- Gestão de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Administrar e acompanhar acordos para regularização de dívida e constituição de hipotecas legais, nos casos legalmente admitidos	Controlo sistemático do cumprimento de planos de pagamento e reforço de garantias, envolvendo receita de 7,5 milhões de euros e despesa de 5 mil euros
Apreciar a posição a assumir pela DGT no quadro dos processos PEC e CIRE e representar a DGT em comissões de credores constituídas nesse âmbito	Apresentação tempestiva de propostas em função dos prazos fixados
Acompanhar e controlar o mandato de gestão de créditos, atribuído ao INH (D.L. nº 410/87, de 31/12), à CGD (D.L. nº 77/89, de 3/03) e ao IFADAP (<i>Public Law 480</i>)	Controlo da informação remetida periodicamente pelas entidades administradoras de créditos, envolvendo receita de 5,6 milhões de euros e despesa de 109 mil euros

- Cobrança coerciva de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Acompanhar cerca de 4 000 processos em cobrança coerciva, designadamente, através da colaboração com o MP na apreciação de incidentes processuais, da pesquisa e indicação de bens susceptíveis de penhora, do registo de hipotecas e penhoras judiciais, da apreciação de oposições movidas em sede de processo de execução fiscal e da apreciação de prescrições oficiosas declaradas no quadro do CPPT	Resposta cabal às solicitações efectuadas e promoção de impulso processual quando justificável, envolvendo receita de 1 milhão de euros e despesa de 15 mil euros
Analisar e executar diligências tendentes à regularização de créditos	Instrução de processos de cobrança coerciva de créditos apresentação de proposta de anulação quando não se justificar o respectivo accionamento

- Promoção da utilização de Tecnologias de Informação

Actividades	Resultado previsto para 2006
Melhorar e operacionalizar o Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC)	Optimização da informação produzida
Promover de diligências com a DGCI, com vista à consulta de bases de dados fiscais	Optimização da administração dos processos de recuperação de créditos

- Participação no AGIIRE

Actividades	Resultado previsto para 2006
Participar em reuniões periódicas (semanais) no AGIIRE	Articulação dos credores públicos no quadro do processo de reestruturação empresarial

3.4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Programas	Objectivos
Sociedade da Informação e Governo Electrónico – Promover e aprofundar a informatização dos serviços da DGT através do reforço da segurança, da melhoria das infra-estruturas e do desenvolvimento de novos sistemas de informação e a implementação de melhorias e novas funcionalidades nos sistemas existentes	1, 2 e 4
Construção, remodelação e apetrechamento das instalações	4
Modernização e Qualificação da Administração Pública	1, 2, 3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Sociedade de Informação e Governo Electrónico	Gestão, tratamento e informatização do arquivo da DGT	DAR
	Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Transferências Electrónicas Interbancárias	DSI
	Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Multibanco	DSI
	Sistema de Compensação do Tesouro – Débitos directos	DSI
	Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Cheques	DSI
	Implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do Homebanking	DSI
	Envio de extractos bancários em formato electrónico	DSI
	Captação descentralizada de imagem de cheques	DSI
	Melhoria das potencialidades do Sistema Homebanking	DSI
	Implantação de novas funcionalidades do Sistema de Cobrança do Estado (SCE) e alargamento a outros serviços	DSI
	Implantação do Sistema de Segurança e Controlo de Qualidade	DSI
	Modernização do parque informático – hardware e software	DSI
	Rede de comunicações	DSI
	Construção, remodelação e apetrechamento das instalações	Melhoria das condições de segurança das instalações e dos arquivos da DGT
Modernização e da Qualificação da Administração Pública	Formação profissional	DAR
	Estágios profissionais	DAR
	Acompanhamento da avaliação de desempenho e simplificação de circuitos	DAR

Programa “Sociedade da Informação e Governo Electrónico – Promover e aprofundar a informatização dos serviços da DGT através do reforço da segurança, da melhoria das infra-estruturas e do desenvolvimento de novos sistemas de informação e a implementação de melhorias e novas funcionalidades nos sistemas existentes.”

- Gestão, tratamento e informatização do arquivo da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2006
Organizar e tratar do ponto de vista arquivístico os fundos documentais da ex-RNIP e da ex-Ultrena, de documentação produzida pela DGT, bem como concluir o tratamento documental do ex-IROMA e ex-IPE	Tratamento arquivístico de cerca de 3 500 metros lineares de documentos
Identificar, preparar e transferir a documentação do ex-GAS para o ADS – Arquivo Distrital de Setúbal	Cerca de 3 000 metros lineares de documentos
Incorporar, no arquivo intermédio, a documentação proveniente de entidades extintas e da DGT,	Incorporação de 500 metros lineares de documentos
Digitalizar documentação de arquivo	100.000 folhas digitalizadas de documentos de arquivo

- Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Transferências Electrónicas Interbancárias

Actividades	Resultado previsto para 2006
Efectuar a análise funcional	Preparação para desenvolvimento
Desenvolver e testar (unitários, global e integrado)	Conclusão do desenvolvimento
Migrar dados	Preparação para passagem a produção
Passar a produção	Descontinuação do sistema antigo

- Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Multibanco

Actividades	Resultado previsto para 2006
Desenvolver e testar (unitários, global e integrado)	Conclusão do desenvolvimento
Migrar dados	Preparação para passagem a produção
Passar a produção	Descontinuação do sistema antigo

- Sistema de Compensação do Tesouro – Débitos directos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Elaborar o caderno de encargos	Reformulação do sistema actual
Lançar o procedimento administrativo	Conclusão do procedimento
Analisar as propostas	Relatório final
Seleccionar o fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Estudar, conceber e desenvolver o sistema	Conclusão do desenvolvimento

- Reformulação do Sistema de Compensação do Tesouro – Cheques

Actividades	Resultado previsto para 2006
Desenvolver e testar (unitários, global e integrado)	Conclusão do desenvolvimento
Migrar dados	Preparação para passagem a produção
Passar a produção	Descontinuação do sistema antigo

- Implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do Homebanking

Actividades	Resultado previsto para 2006
Implantar novos certificados digitais nos utilizadores do Homebanking da DGT	Extensão e manutenção dos certificados digitais

- Envio de extractos bancários em formato electrónico

Actividades	Resultado previsto para 2006
Elaborar o caderno de encargos	Apresentação do caderno de encargos
Lançar o procedimento administrativo	Conclusão do procedimento
Analisar as propostas	Relatório final
Seleccionar o fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Analisar, desenvolver e testar	Implementação do novo Sistema
Passar a produção	Melhoria do controlo e redução de custos

- Captação descentralizada de imagem de cheques

Actividades	Resultado previsto para 2006
Elaborar o caderno de encargos	Apresentação do caderno de encargos
Lançar o procedimento administrativo	Conclusão do procedimento
Analisar as propostas	Relatório final
Seleccionar o fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Analisar, desenvolver, integrar com o sistema central e testar	Implementação do novo Sistema

Passar a produção 15 tesourarias de Finanças	Melhoria do controlo e ganhos decorrentes da redução de tempo de apresentação dos cheques à compensação
--	---

- Melhoria das potencialidades do Sistema Homebanking

Actividades	Resultado previsto para 2006
Implementar um novo sistema de modo a suportar maior número de utilizadores e melhorar qualidade de serviços	Elaboração de caderno de encargos, concurso e selecção de prestador de serviços Melhoria do sistema actual de modo a aumentar as funcionalidades e a segurança.

- Implantação de novas funcionalidades do Sistema de Cobrança do Estado (SCE) e alargamento a outros serviços

Actividades	Resultado previsto para 2006
Implementar novas funcionalidades decorrentes do alargamento da utilização do DUC	Disponibilização de novas funcionalidades e extensão do modelo único a novas receitas

- Implantação do Sistema de Segurança e Controlo de Qualidade

Actividades	Resultado previsto para 2006
Implementar uma política de segurança	Divulgação e cumprimento das normas de segurança. Sensibilização para os riscos de segurança
Reforçar as condições de segurança	Mitigação de fragilidades identificadas na auditoria de segurança
Elaborar um plano de continuidade de negócio e recuperação de desastres	Implementação do plano
Implementar o “modelo” ITIL (IT Infrastructure Library)	Identificação dos processos/funções a implementar seguindo este “modelo”
Criar equipas de segurança	Identificação e criação de equipas de segurança (Fórum de Gestão da segurança de informação/Gabinete de Segurança)

- Modernização do parque informático – hardware e software

Actividades	Resultado previsto para 2006
Instalar novos equipamentos	Actualização do parque informático
Instalar equipamentos de suporte aos mecanismos de segurança	Actualização e renovação dos equipamentos de suporte

Efectuar o up grade dos sistemas	Aumento das capacidades dos sistemas instalados
Gerir o Helpdesk	Melhoria da qualidade do atendimento dos utilizadores

- Rede de comunicações

Actividades	Resultado previsto para 2006
Reformular e reduzir custos da componente de comunicações	Actualização dos circuitos de comunicação nas ligações externas, substituição do circuito de backup para acesso ao II
Renegociar as condições contratuais de Banda Larga para a Internet	Redução de custos e melhoria da qualidade do serviço, implementação de sistema de alta disponibilidade

Programa “ Construção, remodelação e apetrechamento das instalações”

- Melhoria das condições de segurança das instalações e dos arquivos da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2006
Conservar e remodelar as instalações da sede e os arquivos da DGT	Realização de obras de conservação e manutenção

Programa “Modernização e Qualificação da Administração Pública”

- Formação profissional

Actividades	Resultado previsto para 2006
Promover acções de formação	Cobertura de 90% dos funcionários da DGT

- Estágios profissionais

Actividades	Resultado previsto para 2006
Promover estágios profissionais para licenciados (nível V)	Formação de 3 estagiários nas áreas jurídica, financeira e de informática

- Acompanhamento da avaliação de desempenho e simplificação de circuitos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Dar apoio à aplicação do SIADAP	Consolidação do processo e diferenciação do mérito
Proceder à aquisição de bens e serviços por via electrónica	Simplificação de circuitos

3.5. AUDITORIA INTERNA

Programas	Objectivos
Auditorias internas e externas	1, 2, 3 e 4

Programa	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Auditorias internas e externas	Controlo e realização de auditorias internas	GAI
	Acompanhamento de auditorias externas	GAI

Programa “Auditorias internas e externas”

- Controlo e realização de auditorias internas

Actividades	Resultados previstos para 2006
Levantar e analisar circuitos e procedimentos	Realização de 2 auditorias e conclusão de 2 que se encontram em curso
Acompanhar o desenvolvimento de sistemas	
Tratar e acompanhar projectos e situações internas específicas	Análise dos Pareceres do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, no âmbito da actividade da DGT
Produzir um painel de controlo da DGT	Maior colaboração com os serviços
	Acompanhamento e controlo da actividade da DGT
	Disponibilização de informação de gestão

- Acompanhamento de auditorias externas

Actividades	Resultados previstos para 2006
Participar na resposta aos órgãos de auditoria externa, em sede de contraditório	Cerca de 11 respostas a relatórios do TC e da IGF
Assegurar as relações institucionais com outros órgãos de auditoria – TC, IGF e outros GAI	Acompanhamento de cerca de 10 acções de auditoria

3.6. PROSPECTIVA E COORDENAÇÃO

Programas	Objectivos
Coordenação e controlo da execução orçamental específica da DGT e apoio à respectiva função	1, 2 e 4
Gestão da informação e da imagem	1, 2, 3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Coordenação e controlo da execução orçamental específica da DGT e apoio à respectiva função	Preparação do Orçamento de Estado de 2007	GPC
	Acompanhamento da execução do OE/2006	GPC
	Elaboração de estudos e pareceres sobre matérias que envolvam esforço financeiro do Estado	GPC
Gestão da informação e da imagem	Divulgação de informação e promoção da imagem da DGT	GPC

Programa “Coordenação e controlo da execução orçamental específica da DGT e apoio à respectiva função”

- Preparação do Orçamento de Estado de 2007

Actividades	Resultado previsto para 2006
Recolher dados e analisar os pressupostos relativos à quantificação e base legal	Apresentação da proposta da DGT no prazo solicitado
Preparar fichas e mapas resumo	
Recolher e tratar os contributos para a elaboração do Relatório do OE e das Grandes Opções do Plano	Apresentação da proposta da DGT no prazo solicitado

- Acompanhamento da execução do OE/2006

Actividades	Resultado previsto para 2006
Coordenar e acompanhar o processamento das despesas do Cap. 60º e o das receitas, nos montantes previstos de, respectivamente, cerca de 1 738 e 1 824 milhões de euros	Elaboração de mapas semanais
Actualizar e analisar os compromissos mensais e anuais relativos ao Capítulo 60º	Elaborar mapas mensais e propostas de alterações orçamentais, de antecipação de duodécimos e de descativações, adequando os compromissos às respectivas dotações

- Elaboração de estudos e pareceres sobre matérias que envolvam esforço financeiro do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2006
Analisar processos transversais e preparar projectos de normativos legais sobre matérias que envolvam esforço financeiro do Estado	Apresentação da posição/proposta da DGT
Analisar a natureza e a origem de dados não validados pela base de dados do Sistema de Crédito à Habitação (SCH) e propor a respectiva regularização	Contribuição para o eficaz funcionamento do SCH
Analisar e propor alterações de procedimentos tendentes a novas funcionalidades da base	

Programa “Gestão da informação e da imagem”

- Divulgação de informação e promoção da imagem da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2006
Preparar o Relatório de Actividades de 2005 e o Plano de Actividades para 2007	Apresentação dos documentos no prazo solicitado
Preparar a informação estatística relativa ao crédito à habitação	Disponibilização trimestral e anual da informação em diferentes suportes
Despistar, gerir e difundir informação técnica, por perfil de utilizador, recorrendo a diferentes suportes	Satisfação diária das necessidades de informação
Promover acções que contribuam para a melhoria da imagem da DGT	Melhoria da imagem da DGT a nível interno e externo

3.7. APOIO JURÍDICO

Programas	Objectivos
Apoio jurídico	1, 2, 3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Apoio jurídico	Emissão de pareceres jurídicos	GAJ
	Participação na actividade legislativa / regulamentar	GAJ

- Emissão de pareceres jurídicos

Actividades	Resultado previsto para 2006
Estudar e acompanhar processos administrativos e contenciosos	Resposta cabal às solicitações
Instruir processos de natureza disciplinar	
Instruir processos de natureza administrativa	

- Participação na actividade legislativa / regulamentar

Actividades	Resultado previsto para 2006
Intervir na elaboração de projectos de diplomas legais	Apresentação da posição/proposta da DGT
Elaborar instrumentos jurídicos no âmbito da actuação da DGT, designadamente despachos, deliberações unânimes por escrito, contratos e protocolos	Aprovação do documento
Colaborar na elaboração do articulado da lei do OE e do decreto-lei de execução orçamental	Apresentação da proposta da DGT no prazo solicitado

4. RECURSOS ENVOLVIDOS

4.1. Recursos humanos, materiais e financeiros

4.1.1. Recursos humanos

O âmbito de intervenção da DGT é amplo e complexo, necessitando de recursos humanos e técnicos adequados para dar resposta às constantes solicitações decorrentes da sua missão.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma redução dos seus efectivos, em especial ao nível do pessoal técnico de fazenda e administrativo e, com menor incidência, no pessoal técnico superior.

Continua a manter-se o desajustamento qualitativo e quantitativo do quadro de pessoal da DGT, salientando-se, num universo de **223** funcionários, o seguinte:

- Quadro técnico superior (**61** funcionários), representando 26,6% do total do seu pessoal
- Quadro técnico de informática (**13** elementos), representando 5,7%, do total de efectivos
- Diminuição de **26** funcionários do quadro técnico de fazenda, **23** do quadro de pessoal administrativo e **1** coordenador de núcleo, motivada pelas aposentações ocorridas nos últimos quatro anos
- Limitação nas admissões resultante dos constrangimentos orçamentais
- Elevada média etária – 47,8 anos
- Antiguidade média na Administração Pública – 22,6 anos de serviço

A afectação dos recursos humanos por programa espelha-se no seguinte quadro:

Programas	Recursos humanos
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	3 Técnicos Superiores 3 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Prestação de serviços bancários	7 Técnicos Superiores 30 Técnicos de Fazenda
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	4 Técnicos Superiores 10 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Concessão de apoios financeiros do Estado	7 Técnicos Superiores 10 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	6 Técnicos Superiores 5 Técnicos de Fazenda 2 Assistente Administrativo
Regularização de responsabilidades	5 Técnicos Superiores 4 Técnicos de Fazenda 1 Assistentes Administrativos
Recuperação de créditos	8 Técnicos Superiores 11 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Sociedade da Informação e Governo Electrónico	8 Especialistas de Informática 5 Técnicos de Informática 3 Técnicos de Fazenda
Construção, remodelação e apetrechamento das instalações	1 Técnico Superior 1 Técnicos de Fazenda
Modernização e Qualificação da Administração Pública	1 Técnico Superior 1 Assistente Administrativo
Auditorias internas e externas	4 Técnicos Superiores 1 Assistente Administrativo
Coordenação e controlo orçamental das despesas excepcionais (Cap. 60), dos recursos próprios comunitários (Cap. 70) e das receitas administradas pela DGT	2 Técnicos Superiores 1 Técnico de Fazenda
Gestão da informação e da imagem	2 Técnicos Superiores 3 Técnicos de Fazenda
Apoio específico de índole jurídico-financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	1 Técnico Superior
Apoio jurídico	7 Técnicos Superiores 1 Técnico de Fazenda

Para além dos recursos humanos acima mencionados, encontram-se afectos ao Gabinete do Director-Geral 2 Técnicos de Fazenda e à Direcção de Administração de Recursos (responsável pelas tarefas relacionadas com a gestão de pessoal, economato, contabilidade, expediente e arquivo) 1 Técnico Superior, 8 Técnicos de Fazenda e 10 Assistentes Administrativos. Em funções do nível de Pessoal Auxiliar, a DGT dispõe de 13 elementos afectos às diferentes áreas.

Finalmente, é de referir a existência de 5 dirigentes titulares de cargos de direcção superior (1 Director-Geral e 4 Subdirectores-Gerais) e 29 dirigentes titulares de cargos de direcção intermédia (12 Directores e 17 Coordenadores de Núcleo).

4.1.2. Recursos Materiais e Financeiros

No que respeita aos meios materiais, importa consolidar o esforço desenvolvido, promovendo a melhoria de infra-estruturas e sistemas de informação, tendo em vista, designadamente, a disponibilização de informação de apoio à gestão ao universo dos seus destinatários.

O “plafond” do orçamento de funcionamento para 2006 foi fixado em 6,28 milhões de euros, representando um decréscimo de 2,75% relativamente ao ano anterior, o qual já se tinha revelado insuficiente para satisfação dos encargos correntes, situação que se tem vindo a verificar desde 2003.

Quanto ao orçamento do PIDDAC, foi atribuído um “plafond” de 700 mil euros, no âmbito do programa geral comum à Administração Pública, destinados ao “P01 Sociedade de Informação e Governo Electrónico”, “P06 Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações” e “P28 Modernização e Qualificação da Administração Pública”. Este montante representa um decréscimo de 56,18% face ao ano anterior, significando, em termos relativos, 1,1% do PIDDAC do Ministério das Finanças.

No que se refere às instalações, estas são manifestamente insuficientes, implicando que funcionários, serviços e arquivos se encontrem dispersos por vários edifícios, com as dificuldades inerentes a tal dispersão geográfica. Alerta-se, ainda, para o facto de alguns arquivos se encontrarem em condições precárias.

Atendendo aos anos de aquisição (1996 a 1999), as viaturas de serviço continuam, cada vez mais, a exigir custos de manutenção significativos.

Assim, poderá concluir-se que os actuais constrangimentos orçamentais acarretam um esforço acrescido na conservação dos bens existentes.

4.2. Formação Profissional

A informatização dos serviços, a introdução de inovações tecnológicas, a adaptação a novos processos e procedimentos implicam a preparação, aplicação e validação de planos de formação adequados que constituem orientações fundamentais para fazer face às exigências de uma Administração dinâmica e qualificada.

Também a especificidade da missão da DGT exige que os seus quadros sejam dotados de um elevado grau de especialização e qualificação em ordem ao cumprimento da respectiva missão.

Deste modo, o desenvolvimento da vertente formativa tem sido uma preocupação constante, enquanto instrumento para atingir os objectivos definidos e o nível de qualidade exigida.

No respeito pelos seguintes princípios:

- Contribuir para uma cultura de mérito e de exigência, propiciando o atingir dos objectivos definidos com um elevado nível de qualidade

- Melhorar o desempenho profissional dos funcionários da DGT, proporcionando-lhes condições que fomentem a criatividade, o espírito crítico e de iniciativa
- Promover a qualificação dos seus funcionários ao nível de acesso nas carreiras
- Incrementar a introdução de novas práticas e conhecimentos, face às alterações legislativas e tecnológicas

e face aos constrangimentos orçamentais, o Plano de Formação para 2006 enfatiza, uma vez mais, a opção pela formação interna.

Por outro lado, a DGT apresentou uma candidatura ao POAP – Plano Operacional da Administração Pública, no âmbito da formação profissional, para realização de cursos em áreas de elevada especialização, nomeadamente, financeira, jurídica e em “Tecnologias da Informação e Comunicação”

Pretende-se, assim, que exista uma forte articulação entre as actividades desenvolvidas pela DGT e as necessidades de formação sentidas, procurando que as mesmas funcionem como um instrumento facilitador das actividades prosseguidas.

5. MEDIDAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO, QUALIDADE E INOVAÇÃO

É de referir que a DGT tem vindo a prosseguir esforços no sentido de contribuir para a desburocratização, a qualidade e a inovação, com resultados já visíveis, sendo de sublinhar, para 2006, os seguintes projectos:

- Desenvolvimento do Sistema de Débitos Directos (SDD) do Banco do Estado, cuja finalidade é viabilizar a cobrança de contas domiciliadas na DGT, validando os movimentos de débito aos devedores e de crédito às entidades credoras. Pretende-se, ainda, com este Sistema, obter uma redução de custos de transacções suportadas pelo Estado e um ganho de pelo menos dois dias na entrada de fundos na Tesouraria do Estado
- Automatização da contabilização das cobranças e depósitos ocorridos na Rede de Cobranças do Estado, com base em informação electrónica enviada pelas entidades/sistemas envolvidos
- Entrada em produção do sistema de compensação directa pelo Tesouro, dos cheques depositados nos Serviços Locais de Finanças e Alfândegas (representando cerca de 90% da cobrança), o que irá permitir ganhos adicionais de cerca de 2 dias na disponibilização de fundos
- Estudo “Enquadramento automático da classes de bonificação no âmbito do crédito à habitação”, a fim de se proceder a alterações de procedimentos e de circuitos de informação que integram o Sistema de Crédito à Habitação, atribuindo à Administração Fiscal a determinação da classe de bonificação a considerar no início de cada nova anuidade de um contrato. Esta alteração permitirá a dispensa da obrigatoriedade dos titulares, relativos a cerca de 530 mil contratos, da apresentação anual dos rendimentos do respectivo agregado familiar.
- Celebração de um protocolo com a DGCI, no âmbito da cobrança de créditos, tendo como objectivo a recolha de informação, por consulta directa às bases de dados fiscais, sobre a situação patrimonial e financeira de entidades devedoras (cidadãos e empresas). Esta medida contribui para a instrução mais rápida dos processos de recuperação de créditos e para a redução dos encargos administrativos a eles associados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Plano de Actividades para o ano de 2006, que se apresenta, pretende-se, para além da observância do disposto no Decreto-Lei n.º 184/96, de 27 de Setembro, levar ao conhecimento superior a actividade prevista pela Direcção-Geral do Tesouro, na especificidade e na multiplicidade das suas diferentes funções.

Com recurso a diversas soluções pontuais, a DGT tem conseguido manter um elevado nível de motivação dos seus quadros. Efectivamente, foi já utilizado, nos últimos 5 anos, um sistema de avaliação das carreiras do Tesouro com sujeição a quotas na atribuição de “Muito bom”, foi criada uma estrutura orgânica flexível que permite adaptações imediatas aos aumentos de produtividade verificados em função da eliminação de tarefas sem valor acrescentado e foram ainda privilegiadas as estruturas leves com um número reduzido de técnicos superiores garantindo ambientes de trabalho potenciadores da valorização das competências individuais.

Face à natureza diversa dos constrangimentos existentes, que há que confrontar e ultrapassar dia a dia, da leitura do presente documento não se pode deixar de inferir o considerável esforço que representa para toda a Direcção-Geral do Tesouro o cumprimento dos compromissos assumidos, e que uma vez mais se reiteram, só possível pela dedicação e esforço conjunto da generalidade dos seus funcionários.

O Director-Geral

José Castel-Branco